

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.944 - MG (2018/0336613-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
AGRAVADO : **CARLOS ALBERTO BEJANI**
ADVOGADO : **RICARDO CARNEIRO FORTUNA - MG055106N**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça local, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 308):

APELAÇÃO CRIMINAL - FALSIDADE IDEOLÓGICA - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - TERMO A QUO - DATA EM QUE O FATO SE TORNOU CONHECIDO - ABSOLVIÇÃO - IMPERATIVIDADE - OFENSIVIDADE AO BEM JURÍDICO TUTELADO - AUSÊNCIA - PROTEÇÃO DA BOA-FÉ - RECURSO PROVIDO.

- *Segundo a inteligência do art. 111, inciso IV, CP, nos crimes de falsidade de assentamento de registro civil, o prazo prescricional começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade pública.*

- *A intervenção do Direito Penal pressupõe a relevância da conduta considerada criminosa, orientando o Princípio da Ofensividade que o Direito Penal não deve se ocupar de questões insignificantes, sem qualquer potencialidade de ofender o bem jurídico protegido pela norma.*

Opostos embargos de declaração pelo órgão ministerial (e-STJ fls. 320/324), estes foram rejeitados pelo Tribunal de origem por acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 329):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - MATÉRIAS DEVIDAMENTE ANALISADAS NO ACÓRDÃO - PRETENSÃO DE REEXAME DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.

- *O recurso de embargos de declaração, como cedoço, não se presta ao reexame do julgado sob o ponto de vista do sucumbido, mas sim para sanar ambigüidade, obscuridade,*

contradição ou omissão, o que não se verifica no presente caso.

Nas razões do recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente reputa contrariado o art. 299 do CP, o art. 619 do CPP e os artigos 1.022 e 1.025 do CPC (e-STJ fls. 337/352).

Sustenta, em síntese, a irrelevância da demonstração de lesão efetiva à fé pública, no caso, sob o argumento de que a consumação do crime de falsidade ideológica, de natureza formal, independe da ocorrência de um prejuízo concreto. Afirma ser indiferente, para a configuração delitiva, a boa-fé do agente ativo, pois a mera declaração falsa já constituiria conduta ofensiva ao bem jurídico tutelado pela lei penal.

Em suma, o recorrente alega que, *"ao contrário do alegado pelo TJMG, pouco importa a suposta boa-fé do agente, eis que ao declarar o nome do seu padrasto como avô paterno dos seus filhos, o acusado praticou a conduta típica, jurídica e culpável, restando efetivamente demonstrado o dolo e o fim específico de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante"* (e-STJ fl. 349).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ fls. 357/360) e o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial (e-STJ fls. 364/367).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 314/424).

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Primeiramente, cumpre observar que o recorrente não expôs os motivos pelos quais entende vulnerados os artigos 1.022 e 1.025 do CPC e o art. 619 do CPP. Sob esse prisma, inviável conhecer do recurso especial, nessa parte, uma vez que a deficiência nas razões recursais impede a exata

compreensão da controvérsia. Incidência, por analogia, do óbice da Súmula 284/STF.

Pois bem. Extrai-se dos autos que o recorrido – CARLOS ALBERTO BEJANI – foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 299 do CP, uma vez que, ao comunicar o nascimento de quatro de seus cinco filhos ao cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais, declarou como avô paterno para inclusão nas respectivas certidões de nascimento a pessoa de Geraldo Sebastião Ferreira, quando, na verdade, deveria ter declarado a pessoa de Helio Klinger Bejani – seu pai biológico.

No 1º grau de jurisdição, o recorrido foi condenado pela prática do crime de falsidade ideológica, tendo-lhe sido cominada pena privativa de liberdade de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, substituída por duas restritivas de direitos, além de 12 (doze) dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos (e-STJ fls. 200/207).

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por sua vez, julgando apelações criminais interpostas tanto pela defesa como pelo Ministério Público estadual, deu provimento ao pleito defensivo, absolvendo o acusado da imputação delitiva, e, por outro lado, julgou prejudicado o recurso ministerial pelas seguintes razões (e-STJ fls. 311/315):

Por outro lado, passando ao exame da vexata quaestio, entendo que tem razão o primeiro apelante, merecendo a absolvição das imputações.

Vejamos. O apelante confessou os fatos, declarando, quando ouvido em interrogatório judicial:

"que os fatos narrados na denúncia são verdadeiros; que o depoente veio para Juiz de Fora com dois anos de idade, com sua mãe em um circo (...); que sua mãe foi casada com a pessoa de HKB, pai natural do depoente, nome que consta de sua certidão de nascimento como sendo seu pai, mas, quando o depoente tinha um ano de idade, sua mãe foi agredida pelo pai natural do depoente e resolveu, então, entrar para o Circo e rodou Minas Gerais em circo, mas, quando passaram pelo bairro Vila Ideal, a sua mãe conheceu o pedreiro GSF_T quando o depoente tinha apenas

02 anos de idade; que o depoente passou a conhecer o Sr. G como sendo seu pai, sempre chamou o G de pai e sempre considerou o G como sendo seu pai; que G era pessoa de poucas posses, era pedreiro, não tinha patrimônio; que por tudo isso, quando o depoente foi fazer o registro de nascimento de seus filhos mais velhos, tinha fixação em sua mente que o seu pai verdadeiro era o GSF e, por isso, sem nenhum dolo, sem nenhuma intenção diferenciada, declarou nos registros de nascimento de seus filhos que seu pai era o Geraldo Sebastião Ferreira (...), na hora de lavrar os registros civis de seus filhos, não pensou em seu pai natural como avô dos mesmos (...); que o depoente tem três irmãos, filhos de sua mãe com G e isto fortaleceu ainda mais a sua relação de paternidade com o G". – fls. 122/123.

A testemunha Carlos José Ribeiro de Castro, oficial de registro civil, prestou o seguinte depoimento em juízo:

"que na época dos fatos não se exigia documentação dos parentes da criança, não se exigia nem mesmo que se guardasse a 'declaração de nascido vivo'; que apenas conferiam a documentação do declarante e este era quem fornecia os dados da certidão verbalmente; que hoje em dia exige-se DNV do hospital e a documentação do pai e da mãe, que ficam arquivadas em cópia e a DNV no original; que há algum tempo atrás recebeu um ofício do Juiz diretor do Foro, determinando que o depoente realizasse a retificação do nome do avô dos filhos do acusado nas respectivas certidões de nascimento (...)". – fl. 121.

Não obstante os fatos narrados na denúncia tenham restado comprovados, sobretudo pela confissão do primeiro apelante, não constato, com a devida vênia, que sua conduta represente qualquer ofensividade ao bem jurídico tutelado pela norma penal que, no caso, é a fé pública.

Segundo afirmou o oficial de registro civil ouvido como testemunha, na época dos fatos na Comarca de Juiz de Fora, os registros de nascimento eram realizados de forma pouco criteriosa, não se exigindo documentação dos pais das crianças registradas ou algum documento fornecido pelo hospital/maternidade, e se baseavam unicamente nas afirmações do declarante.

Nesse contexto, ainda que fosse o acusado pessoa instruída, já ligada à política quando do nascimento de seus filhos, o procedimento adotado no cartório transmitia a sensação de licitude de condutas como a do recorrente, que quis fazer constar do registro de nascimento de seus filhos o nome da pessoa que o criou, o qual considerava como seu verdadeiro pai, em razão de laços de afetividade.

O Direito Penal, como se sabe, deve ser entendido como a última ratio na tutela de direitos e sancionamento de condutas ilícitas, pois propicia que o Estado, detentor do monopólio da força no ordenamento jurídico pátrio, salvo expressas hipóteses de autorização da autotutela, limite o direito fundamental à liberdade dos indivíduos. Sendo assim, o Direito Penal deve se ocupar de questões cuja relevância implique o clamor social pela repressão da conduta.

Afigura-se oportuna a orientação doutrinária de César Roberto Bittencourt, no livro "Manual de Direito Penal" - Parte Geral - Ed Revista dos Tribunais-4ª ed., p. 45: "Atipicidade penal exige uma ofensa de alguma gravidade aos bens jurídicos protegidos, pois nem sempre qualquer ofensa a esses bens ou interesses é suficiente para configurar o injusto típico".

O Superior Tribunal de Justiça, em caso análogo ao que ora se examina, entendeu pela atipicidade da conduta dos réus, absolvendo-os da imputação da prática do crime de falsidade ideológica. Confira-se da ementa do julgado:

[...]

No julgado mencionado, ao proferir o voto que foi seguido por seus pares, a em. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, dentre outros respeitáveis argumentos, afirmou que: "não se pode admitir a intervenção do Direito Penal sem uma aferição ex ante de relevância, e tal 'cláusula de barreira' é justamente o princípio da ofensividade, que, satisfeito, admite o reconhecimento da tipicidade".

Desse modo, escoimada no entendimento da Corte Superior, verifico que deve ser absolvido o apelante, pois sua conduta não apresentou qualquer potencialidade de ofender a fé pública. Entendo que o acusado agiu de boa-fé, o que se evidencia pelo fato de ter feito incidir o nome de GSF como avô paterno dos seus quatro primeiros filhos, sendo que apenas sua filha mais nova, nascida aos 05/09/2004, teve as informações devidamente consignadas, certamente porque, então, o serviço registral já atuava com maior seriedade e cuidado, passando a exigir a apresentação de documentação para a efetivação do registro, oportunidade em que o réu deve ter sido informado acerca da obrigatoriedade de registro das informações constantes de sua própria certidão de nascimento no documento de sua filha, não lhe sendo lícito declinar o nome de seu pai afetivo na certidão de nascimento de seus filhos.

Ademais, apesar de o réu atualmente ostentar extensa CAC (fls. 124/132), era primário ao tempo dos fatos, e, mesmo que assim não fosse, entendo que a existência de registros criminais em nada altera a ausência de ofensividade de sua conduta

perquirida especificamente no presente processo.

Por fim, insta salientar que segundo informou Carlos José Ribeiro de Castro, o cartório já foi orientado a proceder à retificação dos registros, de modo que haverá, se ainda não houve, a correção dos equívocos, a garantir a devida segurança jurídica aos registros civis.

Ao que se nota, a instância ordinária baseou o entendimento absolutório na certeza de que, de acordo com as provas produzidas durante a instrução, sob o palio do devido processo legal e seus consectários – contraditório e ampla defesa –, o recorrido agiu de **boa-fé** quando declarou ao cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais que o avô paterno de seus quatro primeiros filhos era a pessoa que o criou desde os 2 (dois) anos de idade, e não o seu genitor biológico, que, na memória remota do réu, era lembrado apenas como agressor de sua mãe.

Com efeito, não subsiste dúvida alguma de que **a presença da boa-fé é fator inibitório à consumação da falsidade ideológica**, máxime porque cuida de aspecto intrinsecamente ligado à construção do elemento subjetivo exigido pelo tipo penal – o **dolo específico**, ou melhor, a **vontade livre e consciente** de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Portanto, inviável a análise da pretensão ministerial deduzida, pois, para tanto, necessário seria o reexame de matéria fático-probatória, o que, em sede de recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

